

3º SIMULADO

TRF 4ª REGIÃO

ANALISTA JUDICIÁRIO



Estratégia
CONCURSOS



Simulado Especial

3º Simulado TRF 4ª Região – Analista Judiciário

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRF 4;
- 2 – A prova contém **50 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso do TRF 4;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com alternativas A, B, C, D e E.;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 14h, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros. A transmissão ficará disponível APENAS na área do aluno;
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://estr.news/Simulado-TRF4-Analista>

01 – (A) (B) (C) (D) (E)
02 – (A) (B) (C) (D) (E)
03 – (A) (B) (C) (D) (E)
04 – (A) (B) (C) (D) (E)
05 – (A) (B) (C) (D) (E)
06 – (A) (B) (C) (D) (E)
07 – (A) (B) (C) (D) (E)
08 – (A) (B) (C) (D) (E)
09 – (A) (B) (C) (D) (E)
10 – (A) (B) (C) (D) (E)
11 – (A) (B) (C) (D) (E)
12 – (A) (B) (C) (D) (E)
13 – (A) (B) (C) (D) (E)
14 – (A) (B) (C) (D) (E)
15 – (A) (B) (C) (D) (E)
16 – (A) (B) (C) (D) (E)
17 – (A) (B) (C) (D) (E)
18 – (A) (B) (C) (D) (E)
19 – (A) (B) (C) (D) (E)
20 – (A) (B) (C) (D) (E)

21 – (A) (B) (C) (D) (E)
22 – (A) (B) (C) (D) (E)
23 – (A) (B) (C) (D) (E)
24 – (A) (B) (C) (D) (E)
25 – (A) (B) (C) (D) (E)
26 – (A) (B) (C) (D) (E)
27 – (A) (B) (C) (D) (E)
28 – (A) (B) (C) (D) (E)
29 – (A) (B) (C) (D) (E)
30 – (A) (B) (C) (D) (E)
31 – (A) (B) (C) (D) (E)
32 – (A) (B) (C) (D) (E)
33 – (A) (B) (C) (D) (E)
34 – (A) (B) (C) (D) (E)
35 – (A) (B) (C) (D) (E)
36 – (A) (B) (C) (D) (E)
37 – (A) (B) (C) (D) (E)
38 – (A) (B) (C) (D) (E)
39 – (A) (B) (C) (D) (E)
40 – (A) (B) (C) (D) (E)

41 – (A) (B) (C) (D) (E)
42 – (A) (B) (C) (D) (E)
43 – (A) (B) (C) (D) (E)
44 – (A) (B) (C) (D) (E)
45 – (A) (B) (C) (D) (E)
46 – (A) (B) (C) (D) (E)
47 – (A) (B) (C) (D) (E)
48 – (A) (B) (C) (D) (E)
49 – (A) (B) (C) (D) (E)
50 – (A) (B) (C) (D) (E)

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS****TEXTO I**

Dentre as grandes revoluções da era digital, destaca-se a criação de redes virtuais de relacionamento como Orkut, Facebook, Twitter e MySpace que alteram a forma de convivência em sociedade.

Tais sites permitem a criação de páginas pessoais na Internet, onde o usuário pode descrever o seu perfil e incluir dados como nome, profissão, estado civil, endereço, gosto musical, opção sexual, com a disponibilização de espaço virtual para o compartilhamento de arquivos de textos, fotografias e vídeos, inclusive com a interação com os demais usuários daquela determinada rede social.

O grande problema surge quando um usuário resolve se fazer passar por outra pessoa, criando página com perfil que não é o seu, conduta extremamente simples de ser praticada no meio eletrônico, uma vez que basta copiar a fotografia de outra pessoa e criar o perfil com o nome desta, sem que haja por parte do provedor deste serviço qualquer tipo de autenticação de identidade.

O fato é que a sociedade em rede possibilitou ao indivíduo maior exposição; porém, possibilitou também que novos ilícitos fossem praticados, causando por vezes prejuízos incalculáveis, pois a extensão do dano pode ser muito maior quando praticada na Internet.

O responsável pela criação de perfil falso, usualmente denominado "fake", após a devida identificação, poderá ser responsabilizado na esfera civil, pelos danos morais e patrimoniais eventualmente causados e, até mesmo, na esfera penal em certos casos. Mas qual será a responsabilidade do provedor deste serviço?

Se por um lado é muito difícil controlar a licitude de conteúdo postado por terceiros na Internet, por outro, tais empresas não podem se omitir em caso de ilícitos perpetrados através de seus sistemas.

Em recentíssima decisão, um provedor responsável por determinada rede de relacionamentos foi condenado ao pagamento de indenização pelos danos morais causados à vítima, no montante de R\$ 850.000,00, em razão de sua omissão, pois, ao ser notificado da existência dos perfis falsos, não removeu o conteúdo ilícito do ar.

Desta feita, é possível concluir que uma das obrigações dos provedores de serviços de redes sociais consiste em fornecer dados que permitam a identificação dos infratores que praticaram ilícitos através de seus sistemas, bem como remover os perfis falsos do ar, assim que avisados da existência dos mesmos, pois não raro este é o único meio para fazer cessar o ilícito.

Ademais, a disponibilização de espaço virtual para que terceiros postem seus conteúdos na Internet pode gerar um risco à atividade desse provedor (art. 927, parágrafo único do Código Civil), tendo em vista que, ao manter no ar conteúdo ilícito, expõe a vítima ao mundo, 24 horas por dia, 7 dias da semana, propagando o dano de forma incontrolável.

(http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7968 com adaptações)

01. Considere as afirmativas abaixo a respeito do texto.

- I. O autor se posiciona contra as redes sociais, tendo em vista os danos que os perfis falsos podem causar aos usuários.
- II. Infere-se do texto que há precedente judicial no sentido de que o provedor pode ser responsabilizado por conteúdo ilícito que deixar de remover, após devidamente cientificado.
- III. Para o autor, a responsabilidade pelos perfis falsos é do provedor do serviço, pois este aluga o espaço em que se disponibiliza o conteúdo nocivo e não pode, portanto, omitir-se perante a justiça.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) II.
- e) I.

02. As redes sociais mencionadas pelo autor

- a) são um mal moderno, usado para ofender pessoas deliberadamente, com imunidade.
- b) são exemplos de grande revolução da era digital e modificam a forma de as pessoas conviverem.
- c) carecem de regulação e controle estatal, uma vez que não há como punir os perfis falsos e os danos causados são irreparáveis.
- d) possibilitam grande exposição pessoal e servem como uma vitrine para a exploração excessiva da vaidade.
- e) criaram uma competição de quem parece possuir a vida mais glamourosa.

03. Do penúltimo parágrafo, conclui-se que

- a) há mais de uma forma de interromper os ilícitos praticados pelos "fakes" nas plataformas digitais.
- b) os provedores de serviços de redes sociais possuem responsabilidade legal de remover todos os perfis falsos de suas plataformas.
- c) houve uma mudança recente de entendimento, que transferiu aos sites a responsabilidade exclusiva dos danos causados pelos "fakes".
- d) os dados pessoais dos perfis são sigilosos, mas devem ser fornecidos se houver ordem judicial.
- e) os crimes cometidos por perfis falsos são difíceis de combater porque existe debate sobre a liberdade de expressão nas redes sociais.

04. Respeitando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- a) a criação de páginas pessoais (2º parágrafo) = a manutenção de perfis privados
- b) conduta extremamente simples (3º parágrafo) = virtude nada complexa
- c) perpetrados através de seus sistemas (6º parágrafo) = cometidos por meio de suas plataformas.
- d) qualquer tipo de autenticação de identidade (3º parágrafo) = nenhuma modalidade de senha
- e) danos morais e patrimoniais eventualmente causados (5º parágrafo) = humilhações e prejuízos potenciais

05. Apesar de perpassar muitas ideias, o foco do texto se encontra

- a) em discutir as vantagens das mídias sociais.
- b) nas recentes multas que perfis falsos passaram a receber por seu conteúdo nocivo.
- c) na transformação que as mídias sociais causam na vida em sociedade.
- d) no problema dos perfis falsos e as possibilidades de responsabilização.
- e) em ponderar os riscos de manter um perfil privado.

06. pois a extensão do dano pode ser muito maior quando praticada na Internet. (4º parágrafo)

Considerando os sentidos do texto, o conectivo destacado só não poderia ser adequadamente substituído por

- a) posto que
- b) já que
- c) uma vez que
- d) dado que
- e) porque

07. Considerando a norma culta da língua, o segmento destacado foi corretamente empregado exceto em

- a) Tais sites permitem a criação de páginas pessoais na Internet... (2º parágrafo)
- b) ...onde o usuário pode descrever o seu perfil... (2º parágrafo)
- c) ...conduta extremamente simples de ser praticada no meio eletrônico (3º parágrafo)
- d) criar o perfil com o nome desta (3º parágrafo)
- e) os demais usuários daquela determinada rede social (2º parágrafo)

08. Levando em conta apenas os fragmentos dados, a alternativa em que os trechos estão corretamente reescritos, com a expressão sublinhada substituída pelo pronome é:

- a) que alteram a forma de convivência em sociedade = que alteram-lhe
- b) Tais sites permitem a criação de páginas pessoais = Tais sites permitem-a
- c) possibilitou ao indivíduo maior exposição = possibilitou-lhe maior exposição
- d) é muito difícil controlar a licitude = é muito difícil controlar-lhe
- e) incluir dados como nome = incluí-lo

09. Verifica-se a existência de voz passiva em

- a) um usuário resolve se fazer
- b) não podem se omitir em caso de ilícitos
- c) expõe a vítima ao mundo
- d) que novos ilícitos fossem praticados
- e) alteram a forma de convivência em sociedade.

10. Está plenamente adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na frase:

- a) Caso nos esquecêssemos de quem somos, não haveremos de nos reconhecer no outro.
- b) Alguém já terá percebido que o que vivemos nas mídias sociais não pudesse ser jamais a verdade senão uma réplica do que gostaremos.
- c) Se os olhos do mundo não estiverem focados na imagem fictícia, ele não haveria como se dar conta daquela ilusão inerente.
- d) Caso as vítimas precisarem, já estarão à disposição da polícia ferramentas modernas de identificação de perfis falsos e seus endereços de origem.
- e) À medida que as pessoas começavam a abusar da suposta proteção do anonimato, maior era o rigor da lei que passava a incidir sobre os ilícitos.

TEXTO II

O homem é um ser falível, condenado ao erro. Mas é também um ser que busca e que não abre mão de buscar. Um ser que transforma sua imperfeição e fraqueza em algo valioso.

Quando a criação do novo está em jogo, resignar-se ao provável e ao exequível é condenar-se ao passado e à repetição. No universo das relações humanas, o futuro responde à força e à ousadia do nosso querer. A capacidade de sonho fecunda o real, reembaralha as cartas do provável e subverte as fronteiras do possível. Os sonhos secretam o futuro.

Eduardo Giannetti

11. De acordo com as ideias veiculadas no segmento acima, observa-se que

- a) conformar-se com o que já foi feito mitiga as possibilidades de inovação na criação humana.
- b) o homem está condenado a cometer sempre os mesmos erros, embora seja passível de ousar.

- c) a ousadia do querer faz com que o homem busque sempre o exequível, não obstante imperfeito.
- d) as cartas do provável são “marcadas”, pois o homem está condenado ao erro.
- e) embora não tenha influência sobre o seu futuro, o homem não cessa de buscar o impossível.

12. Considere as sentenças abaixo.

- I- Nada é impossível na visão dos homens corajosos, que inovam.
- II- Quando chega o momento de buscar o inédito, o homem se esquece de sua falibilidade inata.
- III- O homem sempre erra, mas sua busca incessante torna valioso o esforço de superar o inexequível.

A retirada da vírgula provoca mudança de sentido em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I, apenas.
- d) II, apenas.
- e) III, apenas.

13. Um verbo que possui o mesmo tipo de complemento observado no fragmento acima encontra-se em

- a) O homem vive à deriva no mar do improvável
- b) Obedecer a leis fatalistas da condição humana tolheria o ímpeto criativo da mente.
- c) A humanidade ousa o inédito por acidente quando abstrai sua falibilidade.
- d) O gênio humano pensa que limites são feitos para serem superados.
- e) A falibilidade parece inerente: não há aprendizado sem manchas.

14. Considere as assertivas abaixo:

- I- Desconsiderando mudanças de sentido, o segmento “o futuro responde à força e à ousadia” (2º parágrafo) poderia ser reescrito, com correção gramatical, da seguinte forma: “o futuro responde a sua força e a sua ousadia”, redação na qual não haveria obrigatoriedade do emprego do acento grave.
- II- O termo “em algo valioso” (1º parágrafo) é objeto indireto do verbo “transformar” (1º parágrafo).
- III- Os termos “ao erro” (1º parágrafo) e “à ousadia” (2º parágrafo) possuem funções sintáticas distintas.

Considerando-se o uso linguístico nos segmentos, no contexto em que ocorrem no texto, está correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I, apenas.
- d) II, apenas.
- e) III, apenas.

15. Atende às regras de concordância da norma-padrão a seguinte frase:

- a) Quando a pessoa não é alertada contra determinada ameaça, sua defesa fica gravemente comprometido.
- b) Nos últimos anos, tem sido registrado uma elevação no número de condenações por crime de calúnia em ambiente virtual.
- c) Os perfis são bombardeado com acusações falsas com o propósito de causar controvérsia com a opinião pública.
- d) Contas falsas é o que tem deixado alarmado quanto a crimes digitais grande parte da população.
- e) Algumas pessoas ressentidas tornam improdutivo o esforço da população geral de usufruir da liberdade de expressão em redes sociais.

16. Está clara, correta e coerente a seguinte redação

- a) Ainda que abatessem o valor das penalidades, o montante seria enorme.
- b) Com intuito de ferir gratuitamente pessoas de opinião política diferente, muitos perfis falsos são utilizados para ataque pessoal.
- c) Quem se propuser a exceder os limites da liberdade de expressão estará sempre suscetível aos rigores da lei.
- d) Muitos usuários se entretiam em acompanhar grandes discussões recheadas de ódio entre perfis falsos.
- e) A recomendação geral é a de que qualquer um que ver o uso de “fakes” com propósito de disseminar ódio deve denunciar na plataforma.

RACIOCÍNIO LÓGICO

17. Num determinado país todo aluno de engenharia é bem humorado e também é carismático, mas nem toda pessoa bem humorada e carismática é aluno de engenharia. Existem pessoas bem humoradas que não são carismáticas, assim como, existem pessoas carismáticas que não são bem humoradas. Ainda nesse país, sabe-se que todo estudante de direito é esforçado, mas existem algumas pessoas que apesar de serem esforçadas não são estudantes de direito. Por fim, nesse país, nenhuma pessoa bem humorada ou carismática é esforçada. A respeito da situação apresentada nesse país, certamente:

- a) todo aluno de engenharia é esforçado e estudante de direito.
- b) não há possibilidade de que um aluno de engenharia seja ao mesmo tempo estudante de direito.
- c) há a possibilidade de que alguma pessoa esforçada seja também carismática mesmo não sendo bem humorada.
- d) os bem humorados que são carismáticos são estudantes de direito.
- e) existem pessoas carismáticas que também são esforçadas, mas não estudam direito ou engenharia.

18. Oito amigos estavam acomodados em uma fila com oito cadeiras de uma sala de cinema da esquerda para a direita na seguinte ordem: Carla, Umbelino, Roberta, Ivo, Talita, Igor, Bianca e André. Num dado momento essas pessoas resolveram trocar de posição entre si de forma que nenhuma delas permaneceu na mesma posição em que se encontrava inicialmente. Igor não trocou de lugar com Ivo. Na nova formação as mulheres sentaram-se juntas e na mesma ordem que já estavam. Pessoas cujas iniciais dos nomes eram iguais não sentaram juntas. Dessa forma, é correto afirmar que após a mudança:

- a) Umbelino sentou-se ao lado de André.
- b) Carla sentou-se ao lado de Ivo e Roberta.
- c) Ivo sentou-se ao lado de André.
- d) Igor sentou-se entre André e Umbelino.
- e) André sentou-se na cadeira mais à esquerda da fila.

19. Em uma empresa, sabe-se que 5 dos seus funcionários são engenheiros, 3 são arquitetos, 2 são professores e 2 advogados. Além disso, nenhum desses funcionários tem formação em mais do que uma das áreas citadas. Dessa forma, é correto afirmar que:

- a) em qualquer grupo de 6 dessas pessoas há, pelo menos, um engenheiro.
- b) em qualquer grupo de 7 dessas pessoas há funcionários de, pelo menos, três das áreas de formação citadas.
- c) em qualquer grupo de 11 dessas pessoas há, pelo menos, um advogado;

- d) em qualquer grupo de 8 dessas pessoas há, pelo menos, um professor;
- e) em qualquer grupo de 4 dessas pessoas há, pelo menos, duas pessoas que tem formação na mesma área.

20. Num domingo à tarde Maria resolveu escrever em seu caderno sequências que apresentavam padrões lógicos. Foram elas:

Sequência 1: A B B C C C D D D D E ...

Sequência 2: A C F J ...

Uma sílaba que poderia ser formada por Maria ao unir, nessa ordem, a 20ª letra da sequência 1 com a 6ª letra da sequência 2 aparece na palavra:

- a) TUFO
- b) GULA
- c) FOGO
- d) FEDERAL
- e) FUTURO

DIREITO ADMINISTRATIVO

21. Acerca das modalidades licitatórias previstas na legislação brasileira, julgue os itens a seguir:

- a) O pregão consiste em modalidade licitatória destinada à aquisição de bens e serviços comuns, no qual deve ser adotado, como regra geral, o tipo "menor preço" e, mediante despacho fundamentado da autoridade competente, o tipo "técnica e preço".
- b) Tomada de Preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- c) Concorrência é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o 3º dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- d) Leilão representa a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
- e) Convite consiste na modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, exclusivamente convidados, em número mínimo de 3 pela unidade administrativa.

22. João Neve é empregado de sociedade de economia mista federal, onde atua no setor de compras. O agente recebeu, a título de presente, uma espada de prata, objeto de valor histórico avaliado em R\$ 1 milhão. O presente foi dado por Samuel, que participou como licitante em um dos certames conduzidos por João Neve, tendo se sagrado vencedor em razão de o agente ter deliberadamente frustrado a licitude do certame.

Diante desta situação hipotética, julgue os itens a seguir:

- a) O agente público responderá pelo cometimento de ato de improbidade que causou prejuízo ao erário.
- b) João Neve não está sujeito às penalidades cominadas na Lei de Improbidade Administrativa em razão de ser agente público pertencente à pessoa jurídica de direito privado.
- c) O agente público poderá ter seus bens tornados indisponíveis, em montante equivalente ao enriquecimento ilícito percebido.
- d) Caso reste comprovada apenas a conduta dolosa de Samuel, é viável a propositura de ação civil de improbidade administrativa exclusivamente contra ele.
- e) A conduta narrada não caracteriza ato de improbidade, na medida em que não se encontra taxativamente prevista na Lei 8.429/1992.

23. Julgue os itens a seguir no que diz respeito ao desfazimento dos atos administrativos à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do entendimento doutrinário majoritário:

- a) A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ressalvada a apreciação judicial.
- b) A administração pode revogar seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, a exemplo da revogação de pareceres, atestados e certidões.
- c) A convalidação consiste no saneamento de atos administrativos que apresentem vícios sanáveis, resultando na correção do ato administrativo com efeitos ex nunc.
- d) Atos que já exauriram seus efeitos são suscetíveis de revogação.
- e) Atos discricionários são insuscetíveis de apreciação judicial.

24. Roberval, servidor lotado no TRF-4, estável no serviço público federal, aos 32 anos sofreu acidente náutico, o qual a incapacitou para o labor, tendo sido aposentado por invalidez. Após dois anos do acidente, junta médica oficial do Tribunal declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria por invalidez.

Nessa situação,

- a) o Tribunal estará obrigado a promover a readaptação do servidor.
- b) no interesse da Administração do Tribunal, Roberval poderá ser revertido ao cargo anteriormente ocupado.

c) o agente público será aproveitado em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

d) com a invalidação de sua vacância, Roberval deverá ser reintegrado ao serviço público.

e) a Administração deverá promover sua reversão, independentemente de solicitação do servidor.

DIREITO CONSTITUCIONAL

25. Lei municipal estabeleceu que os transgêneros podem realizar mudança de prenome e sexo no registro civil, desde que realizada cirurgia de transgenitalização ou tratamentos hormonais ou patologizantes. O Prefeito, por não concordar com a novidade legislativa e entendendo que ela ofende o texto constitucional, resolveu adotar medidas para que fosse declarada a invalidade da norma.

O Prefeito, então, consultou um de seus Assessores jurídicos, que fez as seguintes afirmações:

- I) A lei municipal padece de inconstitucionalidade formal e inconstitucionalidade material.
- II) O Prefeito poderá propor reclamação constitucional perante o STF.
- III) O Prefeito poderá confrontar a lei municipal por meio de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).
- IV) Durante a tramitação do projeto de lei, o Prefeito poderia ter impetrado mandado de segurança, realizando o controle judicial-preventivo de constitucionalidade da norma.

Dentre as afirmações acima, levando-se em consideração o texto da CF/88 e a jurisprudência do STF, estão corretas as seguintes:

- a) I e III
- b) I e II
- c) II e III
- d) III e IV
- e) I

26. O Presidente da República apresentou ao Congresso Nacional projeto de lei que ficou conhecido como "Projeto Anticrime", estabelecendo uma série de medidas legislativas tendentes a intensificar a repressão penal contra o crime organizado, o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro.

Durante a sua tramitação, o referido projeto de lei foi muito criticado pela imprensa e pelos congressistas de oposição, sob o argumento de que teria como objetivo instalar um verdadeiro "Estado policial".

Como consequência, o Deputado Federal Robsvaldo apresentou emenda parlamentar que diminuía a pena do crime de corrupção passiva e que instituía gratificação em prol de servidores públicos que atuam em presídios federais. O projeto de lei foi aprovado com a referida emenda parlamentar, seguindo para sanção ou veto do Presidente da República.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) O Presidente da República poderá vetar o projeto de lei dentro de 15 dias úteis. O veto poderá, todavia, ser rejeitado pelo Congresso Nacional, dentro de 30 dias, em procedimento bicameral.
- b) O Presidente da República não pode apresentar projeto de lei aumentando a pena do crime de corrupção, uma vez que proposta dessa natureza só poderia vir do Congresso Nacional.
- c) O projeto de lei possui um vício de emenda, que não poderia ter instituído gratificação em prol de servidores públicos que atuam em presídios federais. Mesmo que o Presidente da República sancione o projeto de lei, persistirá a inconstitucionalidade.
- d) Havendo sanção tácita, o Presidente da República deverá promulgar a lei em 72 (setenta e duas horas), sob pena de ela não entrar em vigor.
- e) Assumindo-se que estão presentes os requisitos de relevância e urgência, as mudanças legislativas propostas pelo Presidente da República poderiam ser implementadas por medida provisória.

27. José Roberto, Deputado estadual pelo estado do Paraná, foi denunciado no Tribunal de Justiça pelo Ministério Público Estadual em virtude da prática de crime de corrupção passiva. O Tribunal de Justiça, sem autorização prévia da Assembleia Legislativa, instaurou o processo penal contra o referido parlamentar.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, mediante decreto legislativo, sustou o andamento de ação penal contra o parlamentar. O partido político XYZ, inconformado, ingressou com ação judicial perante o Tribunal de Justiça, alegando a inconstitucionalidade do referido decreto legislativo.

Órgão fracionário do Tribunal de Justiça do Paraná afastou a incidência do decreto legislativo e, como consequência, determina que o parlamentar retorne ao cargo.

Diante da situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) A decisão do órgão fracionário que afastou a incidência do decreto legislativo afrontou a cláusula de reserva de plenário e, como tal, pode ser confrontada mediante reclamação constitucional perante o Supremo Tribunal Federal (STF).
- b) A decisão do órgão fracionário que afastou a incidência do decreto legislativo não afrontou a cláusula de reserva de plenário, uma vez que o processo penal contra o

Deputado Estadual só poderia ter sido instaurado após autorização da Assembleia Legislativa.

- c) A decisão do órgão fracionário que afastou a incidência do decreto legislativo não afrontou a cláusula de reserva de plenário. Isso porque o referido decreto legislativo é um ato de efeitos concretos, desprovido de generalidade, abstração e impessoalidade.
- d) A decisão do órgão fracionário que afastou a incidência do decreto legislativo afrontou a cláusula de reserva de plenário, sendo incabível, todavia, a reclamação constitucional perante o Supremo Tribunal Federal (STF).
- e) A cláusula de reserva de plenário não se aplica às situações em que o órgão fracionário, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, afasta a sua incidência, no todo ou em parte.

DIREITO CIVIL

28. Suponha que determinado artigo de Lei Estadual em vigor foi revogado. O Poder Legislativo, então substituiu o artigo revogado por outro editado posteriormente, de modo a manter a organização da Lei, utilizando o mesmo número, para que não fosse preciso acrescentar mais um artigo na Lei. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) O Poder Legislativo agiu de forma correta, visto que é possível utilizar o número do dispositivo revogado.
- b) As correções feitas em texto de lei já em vigor, não se consideram lei nova.
- c) É vedado o aproveitamento do número de artigo revogado.
- d) É vedado a revogação parcial da lei, devendo o artigo anterior ser mantido.
- e) Já que houve mudança na lei, mesmo em vigor, há um novo prazo de vacatio legis.

29. Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com

- a) a analogia, os costumes e a interpretação extensiva.
- b) a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- c) a analogia, a interpretação sociológica e os princípios gerais do direito.
- d) a interpretação analógica, os costumes e os princípios gerais de direito
- e) a interpretação analógica, os costumes e a interpretação teleológica.

30. Sobre os direitos de personalidade, assinale a alternativa correta

- a) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos de personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

- b) É inválida, mesmo com objetivo científico, ou altruístico, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- c) Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, somente se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade.
- d) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- e) Assim como não é necessário a autorização para fazer biografia, também não é necessária a autorização para usar o nome alheio em propaganda comercial.
- 31.** Considerando o contrato de compra e venda, é correto considerar que:
- a) A compra e venda pode ter por objeto apenas de coisa atual, não sendo possível o contrato em relação a coisa futura.
- b) A fixação do preço não pode ser deixada ao arbítrio de terceiro.
- c) O contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço, é anulável.
- d) A tradição da coisa vendida, na falta de estipulação expressa, dar-se-á no domicílio do comprador, ao tempo da venda.
- e) É lícito às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, desde que suscetíveis de objetiva determinação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 32.** Sobre as regras de modificação de competência, previstas no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.
- a) Dá-se a conexão entre duas ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.
- b) Dá-se a continência entre duas ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir.
- c) O juiz que primeiro despachar nos autos será prevento para julgar as ações conexas.
- d) Quando houver continência e a ação continente tiver sido proposta anteriormente, no processo relativo à ação contida será proferida sentença sem resolução de mérito, caso contrário, as ações serão necessariamente reunidas.
- e) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou do território é inderrogável por convenção das partes.

33. Em um processo de conhecimento, Joana, parte ré no processo, adota postura defensiva e não colaborativa. Além de opor resistência injustificada, Joana embargou inconsistentemente, por duas vezes, caracterizando manifesto propósito protelatório das partes, diante disso, Pedro, autor e parte lesada no caso, poderá requerer tutela provisória de

- a) evidência.
- b) urgência cautelar incidental.
- c) urgência antecipada antecedente.
- d) urgência cautelar antecedente.
- e) antecipada incidental.

34. Tendo em vista as disposições atinentes aos recursos no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O recorrente poderá, a qualquer tempo, com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.
- b) A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida.
- c) A parte recorrente pode desistir unilateralmente do recurso, mas essa desistência não afeta a apreciação de eventual recurso adesivo da contraparte.
- d) A desistência do recurso impede a análise de questão objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.
- e) A renúncia ao direito de recorrer depende da aceitação da outra parte.

DIREITO PENAL

35. José foi condenado definitivamente pela prática de determinado crime (cuja pena cominada era de reclusão de 02 a 08 anos), recebendo a pena mínima prevista para o delito, de 02 anos de reclusão. Após cumprir 01 ano e 06 meses da pena imposta, sobrevém nova lei diminuindo a pena do referido delito para 01 a 04 anos de reclusão.

Neste caso:

- a) Será aplicável a lei nova mais benéfica, cabendo ao Juízo da condenação refazer o cálculo da pena.
- b) Será aplicável a lei nova mais benéfica, cabendo ao Juízo da execução penal refazer o cálculo da pena, de forma que José, por já ter cumprido mais de 01 ano, terá sua pena declarada extinta.
- c) Será inaplicável a lei nova mais benéfica, em razão do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- d) Por se tratar de pena de reclusão, a retroatividade após o trânsito em julgado é vedada, o que não ocorreria no caso de pena de detenção.
- e) A retroatividade da lei nova é possível, mas, para tanto, será indispensável o manejo de revisão criminal.

36. Analise as assertivas a seguir:

- I – Conhecimento da situação justificante
- II – Perigo iminente
- III – Não provocação dolosa da situação de perigo
- IV – Inexigibilidade de sacrifício do bem salvo

No que tange ao estado de necessidade, são requisitos para sua caracterização APENAS o que se afirma em:

- a) I, II e III
- b) I e II
- c) II e III
- d) I, II e IV
- e) I, III e IV

37. O erro sobre a ilicitude do fato, quando inescusável:

- a) afasta o dolo e a culpa
- b) afasta o dolo, mas permite a punição por culpa, quando houver previsão legal
- c) é causa de diminuição de pena, de um sexto a um terço.
- d) é causa de exclusão da culpabilidade, por ausência de potencial consciência da ilicitude
- e) é causa de exclusão da culpabilidade, por ausência de imputabilidade penal

38. José, objetivando matar Maria, coloca uma bomba em um avião monomotor de propriedade desta. José tem conhecimento de que Maria não sabe pilotar o avião, logo, quando a bomba explodir, o piloto do avião fatalmente morrerá, embora este não seja seu intento. José sabe, ainda, que partes do avião cairão com a explosão, podendo causar lesões e até a morte de outras pessoas em terra, mas não se importa caso isso ocorra. Assim que o avião decola, minutos depois a bomba explode, matando Maria, o piloto e mais duas pessoas que estavam em terra e foram atingidas por partes do avião.

Atento ao caso narrado, é correto afirmar que houve, em relação a Maria, ao piloto e aos demais atingidos, respectivamente:

- a) dolo direto de 1º grau, dolo direto de 2º grau e dolo eventual
- b) dolo direto de 1º grau, dolo direto de 2º grau e dolo direto de 2º grau
- c) dolo direto de 2º grau, dolo eventual e dolo eventual
- d) dolo direto de 1º grau em relação a todos
- e) dolo direto de 1º grau em relação a Maria e ao piloto, e dolo eventual em relação aos demais.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

39. Assinale a alternativa INCORRETA no que tange ao Inquérito policial:

- a) A autoridade policial não pode determinar o arquivamento do Inquérito Policial, nem mesmo nos casos de evidente atipicidade da conduta.
- b) O ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade.
- c) O arquivamento do inquérito policial por falta de base para a denúncia não impede a retomada futura das investigações, desde que haja notícia de prova nova.
- d) Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade policial poderá requerer ao Ministério Público a devolução dos autos, para novas diligências.
- e) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados no inquérito policial, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

40. José, residente em Curitiba-PR, praticou um crime de ação penal privada contra Maria (residente em Londrina-PR), cuja pena cominada é de 01 a 03 anos de detenção e multa. O crime ocorreu em Maringá-PR.

Caso Maria deseje ajuizar queixa-crime em face de José, a competência será:

- a) do Juízo de Maringá, apenas.
- b) do Juízo de Curitiba-PR ou do Juízo de Maringá-PR, podendo Maria escolher qualquer dos dois
- c) do Juízo de Londrina-PR ou do Juízo de Maringá-PR, podendo Maria escolher qualquer dos dois
- d) do Juízo de Curitiba-PR, apenas.
- e) do Juízo de Curitiba-PR ou do Juízo de Londrina-PR, firmando-se pela prevenção.

41. A prisão preventiva será cabível em determinados casos, previstos no Código de Processo Penal. Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma hipótese de cabimento da prisão preventiva:

- a) quando se tratar de crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos.
- b) se o agente for reincidente em crime doloso.
- c) se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.
- d) se o agente já tiver sido condenado anteriormente por outro crime à pena privativa de liberdade.
- e) quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la.

DIREITO TRIBUTÁRIO

42. De acordo com o Código Tributário Nacional, aponte a alternativa correta:

- a) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída pela legislação tributária e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- b) As taxas são tributos sinalagmáticos.
- c) As contribuições de melhoria podem ser instituídas apenas pela União, pelos Estados e pelo Distrito Federal.
- d) Considera-se serviço público suscetível de cobrança por meio de taxa aquele definido pelo Código Tributário Nacional como específico ou divisível.
- e) A contribuição de melhoria possui limite individual, isto é, o valor máximo a ser suportado pelos contribuintes, mas não possui limite geral ou global.

43. No Capítulo da Constituição Federal que trata das limitações constitucional ao poder de tributar são previstos diversos princípios e imunidades tributárias. Acerca do tema, assinale a alternativa correta:

- a) A imunidade recíproca, também denominada imunidade intergovernamental, veda aos entes federativos a cobrança de tributos referente ao patrimônio, renda e serviços uns dos outros.
- b) A Constituição Federal estendeu a imunidade recíproca às autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, além das empresas públicas prestadoras de serviços públicos.
- c) O princípio da isonomia não impede a cobrança de tributos diferenciada com base na função exercida, desde que haja razoabilidade.
- d) O princípio da irretroatividade não comporta exceções no texto constitucional.
- e) A imunidade dos partidos políticos não se estende às suas fundações.

44. A respeito da obrigação tributária, aponte a afirmativa incorreta:

- a) A obrigação tributária é principal ou acessória.
- b) A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, se converte em obrigação principal, relativamente à penalidade pecuniária.
- c) A exigência da obrigação acessória pressupõe a exigibilidade da obrigação tributária principal.
- d) O fato gerador da obrigação principal é a situação prevista em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.
- e) A obrigação principal compreende não só o pagamento de tributo, mas também o pagamento de multas tributárias.

45. São tributos de competência da União:

- a) A contribuição de iluminação pública e o imposto de importação.
- b) Os impostos residuais e o imposto sobre a circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e comunicação.
- c) Os empréstimos compulsórios e o imposto sobre a propriedade territorial urbana.
- d) Os impostos extraordinários e os impostos municipais nos territórios federais divididos em Municípios.
- e) As contribuições de intervenção no domínio econômico e as contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas.

46. Considerando o tema extinção do crédito tributário, as disposições contidas no Código Tributário Nacional, bem como a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, aponte a alternativa correta:

- a) Nos tributos lançados por homologação, o prazo decadencial se inicia, como regra, a partir da data de ocorrência do fato gerador.
- b) O termo inicial da prescrição é a data da constituição definitiva do crédito tributário, assim considerada como o momento em que o sujeito passivo toma ciência do lançamento tributário.
- c) A repetição do indébito tributário é direito do sujeito passivo, independentemente de prévio protesto. O prazo para pleitear a restituição do quantum pago indevidamente é de cinco anos, contados da data da extinção do crédito tributário, no caso dos tributos lançados por homologação.
- d) A declaração apresentada pelo contribuinte, informando o valor devido, referente aos tributos lançados por homologação, não constitui confissão de dívida.
- e) A compensação extingue o crédito tributário, independentemente de previsão legal.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

47. Considerando as disposições relativas ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos da legislação previdenciária, é correto afirmar:

- a) Roberval presta serviços, em caráter eventual, a diversas empresas, sem relação de emprego. Nesta hipótese, Roberval será segurado obrigatório da Previdência Social na qualidade de trabalhador avulso.
- b) Abelardo recebe o benefício de aposentadoria por invalidez. De acordo com o princípio da irredutibilidade do valor do benefício e com as disposições da legislação previdenciária, o valor do seu benefício deverá ser reajustado, anualmente, na mesma data e com os mesmos índices do reajuste do salário mínimo.
- c) Adelaide é maior de 65 anos e é beneficiária do Benefício Assistencial ao Idoso (BPC- LOAS). Nos termos da CF/88 e de acordo com a jurisprudência do STF, seu

benefício deverá ser reajustado anualmente de forma que seja mantido o seu valor real.

- d) Dirce se aposentou por tempo de contribuição e continuou exercendo atividade como segurada obrigatória do RGPS. Neste caso, Dirce poderá requerer revisão de seu benefício para incluir as contribuições vertidas após sua aposentadoria.
- e) Juciara, de 16 anos, está no terceiro ano do Ensino Médio e é estagiária da empresa Alfa, prestando serviço de acordo com a lei específica. Nessas condições, de acordo com a Lei 8.212/91, Juciara poderá se inscrever como segurada facultativa do RGPS.

48. Considerando as disposições relativas à Seguridade Social e ao Regime Geral da Previdência Social, é correto afirmar:

- a) Bruno estava em gozo de auxílio-doença quando veio a ser recluso em regime fechado. Nessas condições, Bruno poderá continuar recebendo o benefício, salvo se seus dependentes estiverem em gozo de auxílio-reclusão, permitida a opção pelo benefício mais vantajoso.
- b) Em relação ao financiamento da Seguridade Social, podemos afirmar que os Municípios deverão prever em seus próprios orçamentos anuais as receitas a serem destinadas para a Seguridade Social.
- c) A contribuição social do empregador rural pessoa física em substituição à contribuição patronal sobre a remuneração dos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviço será de 1,3% sobre a receita bruta da comercialização da produção rural, sendo vedada a opção pela substituição de tal contribuição por contribuição sobre a folha de salários.
- d) A pensão por morte será devida ao conjunto de dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data do óbito, quando requerida em até cento e oitenta dias após o óbito, para os filhos menores de dezesseis anos, ou em até sessenta dias após o óbito, para os demais dependentes.
- e) O princípio da distributividade é um dos princípios que dão suporte para que o Regime Geral de Previdência Social possa ser organizado em Regime de Repartição Simples.

49. Considere as assertivas abaixo e marque a alternativa correta:

- a) Quanto à evolução da Seguridade Social no Brasil, podemos afirmar que as formas mais antigas de proteção social que são relatadas no território nacional são as Caixas de Aposentadorias e Pensões, instituídas pela Lei Eloy Chaves.
- b) A aposentadoria por idade, uma vez cumprida a carência exigida, será devida ao segurado que completar sessenta e cinco anos de idade, se homem, ou sessenta, se mulher, reduzidos esses limites para

sessenta e cinquenta e cinco anos de idade para os professores e professoras respectivamente, que exerçam suas atividades integralmente no ensino infantil, fundamental e médio.

- c) No ano de 2019, o segurado que preencher as condições para a percepção da aposentadoria por tempo de contribuição integral poderá optar pela não incidência do fator previdenciário no cálculo da renda mensal inicial, se o total resultante da soma de sua idade e de seu tempo de contribuição alcançar 86 pontos se mulher e 96 pontos se homem.
- d) Madalena possui 65 anos e vive com Lucas, menor por ela tutelado. Caso venha a requerer o Benefício Assistencial ao Idoso, previsto na Lei 8.742/93, Lucas não fará parte do seu grupo familiar na análise dos requisitos para a concessão do BPC da LOAS.
- e) O salário de benefício da aposentadoria por idade será a média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento do período contributivo considerado, multiplicada obrigatoriamente pelo fator previdenciário.

50. Considere as assertivas abaixo e marque a alternativa correta:

- a) A respeito do Benefício de Prestação Continuada – BPC, que tem natureza assistencial, é correto afirmar que não pode ser acumulado com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime.
- b) Quando insuscetível de recuperação para sua atividade habitual, o segurado afastado em gozo de auxílio-doença deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Neste caso, o auxílio-doença será suspenso até que o segurado seja considerado reabilitado para o desempenho de atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não recuperável, seja aposentado por invalidez.
- c) A percepção do auxílio-acidente está condicionado ao afastamento do segurado do trabalho ou da atividade desempenhada, sob pena de suspensão do benefício.
- d) Na hipótese de perda da qualidade de segurado, para fins da concessão dos benefícios de auxílio-doença, de aposentadoria por invalidez, de salário-maternidade e de auxílio-reclusão, o segurado deverá contar, a partir da data da nova filiação à Previdência Social, com um metade dos períodos de carência previstos para tais benefícios.
- e) O auxílio-doença não poderá exceder ao valor do último salário-de-contribuição, inclusive em caso de remuneração variável.

QUESTÃO DISCURSIVA

Uma candidata foi convocada para realizar teste de aptidão física de um concurso público cujas fases compreendiam a realização desse teste, contudo, na data designada para o teste, ela estava impossibilitada de realizá-lo, em razão de problema de saúde, comprovado por atestado médico. No edital do concurso público, não havia nenhuma previsão de que qualquer candidato pudesse realizar uma das provas de segunda chamada.

Com base nessa situação hipotética, redija um texto dissertativo que responda, de forma fundamentada, às seguintes indagações.

- a) A candidata poderá realizar o teste de aptidão física em segunda chamada?
- b) Sob que circunstância é admissível realizar o teste de aptidão física em outra data?
- c) Caso a candidata estivesse grávida à época da realização da prova de aptidão física, seria possível a realização de segunda chamada?

Resposta em até 20 linhas.

Obs.: disponibilizamos um serviço de correção especificamente para este simulado, em conformidade com os critérios utilizados pela banca Cebraspe (Cespe).

Link para correção da sua discursiva:

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/cursosPorConcurso/discursivas-para-concursos/>

FOLHA DE RESPOSTA

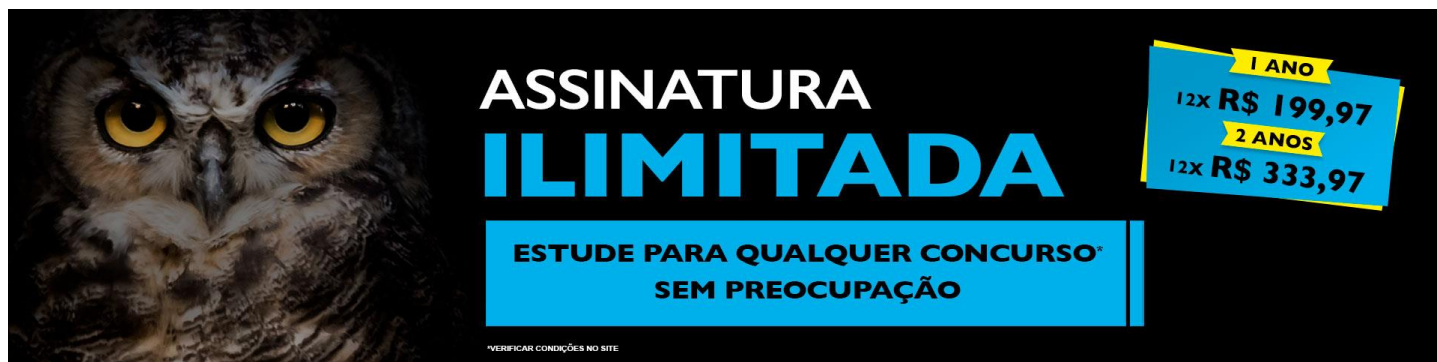
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Preencha o Gabarito!

<https://estr.news/Simulado-TRF4-Analista>

Não é assinante?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!



**ASSINATURA
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO*
SEM PREOCUPAÇÃO**

1 ANO
12X R\$ 199,97

2 ANOS
12X R\$ 333,97

*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE